



**III CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:
DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS
IV SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS
III CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL**

Direito à Cidade

**A PARTICIPAÇÃO DA UEL NA REVISÃO DO PLANO DIRETOR
DE LONDRINA.**

Dr. Gilson Jacob Bergoc ¹

1. INTRODUÇÃO

Registrar alguns aspectos que motivaram os docentes da UEL a participar ativamente da revisão do Plano Diretor de Londrina e apontar aspectos que possibilitaram qualificar o processo são os objetivos deste, destacando a importância desta contribuição para a sociedade. Inicialmente será feita uma breve contextualização da participação dos docentes da UEL na revisão do Plano Diretor de Londrina. Alguns interesses que apareceram no processo serão apresentados e discutidos brevemente, bem como a contribuição dos docentes, de forma genérica, para então, apresentar as considerações finais.

2. DESENVOLVIMENTO

A Universidade Estadual de Londrina – UEL – foi convidada pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Londrina – IPPUL – a participar e contribuir com o conhecimento acadêmico para a revisão do Plano Diretor de Londrina. Um grupo de docentes, de diversos Departamentos e Centros, interessados em colaborar teve participação ativa desde o início, em 2017, discutindo e apresentando propostas em todas as fases do processo de discussão. Participaram 24 docentes da UEL dos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Geociências, Direito Público, Serviço Social, Economia, Ciências Sociais, História, Comunicação, Microbiologia e Agronomia.

¹ Arquiteto e Urbanista, Prefeito do Campus/Docente, Doutor, email: bergoc@uel.br



Conforme determina o Estatuto da Cidade no seu parágrafo 3º do artigo 40 a revisão deveria ser feita até 2018, quando completaria os 10 anos do Plano Diretor Participativo vigente.

Antes mesmo de aprovar a metodologia do processo o grupo de docentes da UEL organizou o Seminário “Construindo a Londrina que queremos”, em dezembro de 2017, convidando palestrantes de diversas áreas e diferentes visões sobre Londrina abrangendo os seguintes temas: 1) Gestão Democrática (Função Social da Cidade), com o Promotor Público Paulo Tavares e o Vereador Pastor Gerson Araújo; 2) Moradia (Função Social da Propriedade) com a Engenheira Hisae Gunji, da Companhia de Habitação de Londrina – COHAB-LD e o Prof. Dr. Miguel Etinger de Araujo, do Direito da UEL; 3) Transporte Coletivo e Mobilidade, com a Arquiteta Denise Ziober, do IPPUL; 4) Inovação e Geração de Emprego/Renda, com Claudio Tedeschi pela Associação Comercial e Industrial de Londrina – ACIL –, Roberto Nishimura do Arranjo Produtivo Local da Tecnologia da Informação – APL/TI – e moradores de dois locais bem distintos de Londrina: Sara e Wesley da ocupação Flores do Campo e Carlos Scalassara, da Gleba Palhano. A abertura contou com a participação do Arcebispo de Londrina, Dom Geremias Steinmetz que ressaltou a importância da inclusão social no processo de discussão da cidade. Ao final foi elaborada uma “Carta aos cidadãos londrinenses” com as considerações gerais e consensuais das apresentações realizadas ao longo do Seminário pela pedagoga Rosemari Friedmann Angeli, do Instituto Fazer e o sociólogo Joaquim Pacheco, da Comissão Pastoral da Terra – CPT – e apresentador da Rádio Alvorada, que foram convidados para esta finalidade.

A participação das Instituições de Ensino Superior de Londrina “que possuam cursos afins com os assuntos a serem abordados na revisão do Plano” entre outros, foi integrando o “Grupo de Cooperação Técnica” cujas atribuições foram de “participar da formulação da proposta metodológica e do processo de construção coletiva, bem como da discussão sobre os produtos elaborados em cada uma das etapas do trabalho” (LONDRINA, 2017a: 24).

Também constava na metodologia da revisão o Grupo de Acompanhamento, “composto pelos representantes do Conselho Municipal da Cidade - CMC, pelos representantes do Poder Legislativo Municipal e por representantes da sociedade civil, a serem eleitos segundo seus segmentos” (LONDRINA, 2017a: 24) e a Equipe Técnica Municipal, “composta por servidores municipais cujas especialidades profissionais e funções possuam afinidade com os temas a serem tratados na revisão do Plano” (LONDRINA, 2017a: 23).

Várias propostas apresentadas pelo Grupo de Cooperação Técnica foram aprovadas nas reuniões públicas convocadas pelo IPPUL, que visaram sempre assegurar a melhor forma de participação da população no processo, bem como as contribuições técnicas oriundas do conhecimento acumulado sobre o município de Londrina e região. Porém, algumas não foram encaminhadas, como por exemplo, a de ampliar o numero de reuniões – Fóruns de



Participação – na área rural, para 9 Fóruns, sendo um para cada Distrito. Foram realizados 24 Fóruns de Participação, divididos em 3 rodadas, sendo 5 na área urbana e apenas 3 na área rural, conforme proposto na metodologia inicial. Outras propostas foram acatadas, como a relacionada às Conferências para viabilizar as discussões da forma mais democrática possível. Duas Audiências Públicas foram realizadas, uma sobre a proposta metodológica e outra para eleição dos integrantes do Grupo de Acompanhamento.

Os Fóruns foram denominados de “Ciclo de Debates” para “trocar informações, esclarecer dúvidas, colher sugestões e percepções da comunidade sobre os problemas e potencialidades do município.” (LONDRINA, 2017b: 15). A primeira etapa permitiu fazer um diagnóstico dos problemas do município segundo a percepção do cidadão.

A etapa seguinte, das “diretrizes e proposições”, teve como objetivo “apresentar – para conhecimento, indagações, críticas e sugestões – as hipóteses de intervenção no município obtidas a partir do diagnóstico.” (LONDRINA, 2017b : 16). A etapa 3 foi destinada a apresentar e discutir “a proposta de legislação básica que resultará na minuta da Lei Geral do Plano Diretor, incluindo as macrozonas urbanas e rurais do município e os instrumentos urbanísticos.” (LONDRINA, 2017b : 16). Embora os docentes do Grupo de Cooperação Técnica tenham proposto que toda a legislação deveria ser objeto de estudo e revisão deste processo, a legislação complementar – usos e ocupação do solo, perímetro urbano da sede e dos distritos, parcelamento do solo, sistema viário, edificações, posturas e meio ambiente, etc – ficou para ser revisada posteriormente.

Em todas essas etapas os docentes se organizaram, a partir de reuniões próprias, sempre convocando todos os integrantes do Grupo de Cooperação Técnica, para participar ativamente e articuladamente. Cada um participou no respectivo local de moradia e, quando possível, em algum outro, procurando acompanhar todas as reuniões, permitindo ter uma visão geral das principais demandas levantadas pela população, avaliando os interesses colocados, o que facilitou definir a melhor forma de contribuição na sequência do processo.

Realizado todo este processo participativo com a comunidade, foram realizadas as duas Conferências previstas na metodologia. A primeira teve como objetivos: a) eleger delegados titulares e suplentes da sociedade civil, conforme recomendação nacional; b) receber os indicados pelo poder público; c) sistematizar as propostas e as diretrizes elaboradas pela sociedade civil durante os Fóruns de Participação. A segunda Conferência, que visou consolidar o processo democrático, teve como objetivo a apresentação, discussão e aprovação da minuta da Lei Geral do Plano Diretor. (LONDRINA, 2017b: 17).

Para a participação nas Conferências, os docentes integrantes do Grupo de Cooperação Técnica, tiveram que se enquadrar nos critérios de eleição dos delegados caso desejassem ter direito a voto, sendo 2 eleitos pela segmento das entidades acadêmicas, profissionais e



de pesquisa e conselhos profissionais com atuação na área de desenvolvimento urbano, ambos da UEL (LONDRINA, 2018: 22).

Pode-se afirmar que a participação em todo processo qualificou os debates, permitindo que os delegados dos setores populares compreendessem com maior clareza o que estava em jogo. Contribuiu para desmistificar o tecnicismo, muito utilizado por representantes do setor imobiliário e da construção civil para aprovar suas propostas que, em muitas situações, dificultam a melhoria da cidade para a grande maioria da população. A definição de parâmetros que valorizam suas propriedades e de diretrizes que priorizam investimentos nas regiões que tem seus terrenos esperando a valorização, proporcionada pelas obras do Município, deixam as áreas da população de maior necessidade e vulnerabilidade com poucas perspectivas de terem investimentos públicos, em curto e médio prazo, para melhorá-las.

3. RESULTADOS E CONCLUSÕES

O encarecimento do transporte público, a localização da população de menor renda em locais cada vez mais distantes gerando a necessidade de mais equipamentos públicos, que muitas vezes ficam em lugares de menor densidade são alguns dos problemas de grande amplitude, na cidade, que prejudicam o conjunto da população, aumentando o “custo urbano” que acaba sendo repassado para os impostos de todos. Isso pode ser evitado com a elaboração de um Plano Diretor que atende os interesses da maioria da população. A participação popular com a colaboração de docentes comprometidos com o direito à cidade e a justiça social possibilitou formular e aprovar propostas que vão de encontro às necessidades da maioria da população. Uma Universidade pública tem o dever de contribuir para os avanços sociais necessários a superar as desigualdades sociais e regionais do nosso País, como determina a nossa Constituição, começando pelos nossos Municípios.

4. REFERENCIAS:

BRASIL. Estatuto da Cidade. Lei n. 10.257 de 10/07/2001, com as alterações posteriores. In http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LEIS_2001/L10257.htm acesso em 07/04/2019.

LONDRINA, IPPUL. PDML - Plano Diretor Municipal de Londrina. Revisão 2017-2018. Versão Preliminar. Etapa 1 - Proposta Metodológica. IPPUL: Londrina, 2017a. 57 pg.

LONDRINA, IPPUL. PDML - Plano Diretor Municipal de Londrina. Revisão 2018-2028. Proposta Metodológica – Etapa 1. Versão Preliminar. Volume único. Versão 02 : IPPUL : Londrina, 25/10/2017b. 56 pg.

LONDRINA, IPPUL. PDML - Plano Diretor Municipal de Londrina. Relatório da 1ª Conferência do PDM – Etapa 4: IPPUL, Londrina, 28/08/2018. 148 pg.